

DESCOBRIMENTO Para entidade, autoridades não puniram participantes de ação que reprimiu manifestantes nos 500 anos

Anistia critica apuração de conflito na BA

OUTRO LADO

Presidente não comenta; Borges defende a polícia

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
 DA AGÊNCIA FOLHA, EM SALVADOR

O porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso não iria comentar o novo relatório da Anistia Internacional.

“O presidente não leu o relatório, portanto não vai comentar. De qualquer maneira, as questões em relação à Polícia Militar são questões estaduais e não cabe ao presidente comentá-las”, afirmou Lamazière.

Já o governador da Bahia, César Borges (PFL), contestou os dados do relatório da Anistia Internacional. “A polícia da Bahia agiu de forma correta para proteger as autoridades presentes à festa. Não houve nenhum excesso por parte dos policiais”, declarou.

De acordo com Borges, a ação da Polícia Militar baiana foi preventiva. “Os policiais impediram muitas brigas entre os próprios manifestantes.”

Borges disse também que o próprio Ministério Público pediu o arquivamento do inquérito instaurado para investigar a ação da Polícia Militar nas festividades em Porto Seguro.

“Os procuradores não encontraram nenhuma prova para pedir a condenação da PM. A decisão do Ministério Público demonstra que a PM apenas fez a sua parte”, declarou Borges.

LUCAS FIGUEIREDO
 DA REPORTAGEM LOCAL

Relatório da Anistia Internacional condena a falta de punição para os responsáveis pela operação policial que reprimiu, em abril passado, manifestantes contrários às comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, em Porto Seguro, sul da Bahia.

“As autoridades não reagiram de forma adequada às importantes provas documentárias e testemunhais da força policial não provocada e desproporcionada usada contra os manifestantes. Uma revisão completa do caso é imprescindível”, diz o documento,

divulgado ontem.

As comemorações oficiais dos 500 anos na Bahia foram marcadas por choques entre policiais militares e manifestantes contrários ao caráter festivo dos eventos (índios, sem-terra, negros etc.).

O saldo da repressão aos manifestantes foi cerca de 140 detidos e 30 feridos.

Segundo a Anistia, em vez de investigar e processar os responsáveis pela violência e indenizar as vítimas, as autoridades estaduais e federais tentaram apresentar os manifestantes como responsáveis pelos confrontos.

“A ação policial parece ter demonstrado que as autoridades

brasileiras continuam dispostas a usar a violência arbitrária do Estado para silenciar os protestos inconvenientes”, diz o documento.

A entidade afirma ainda que o oficial da PM baiana encarregado da operação contra os manifestantes em Porto Seguro foi promovido. A Anistia não cita o nome do oficial.

“As autoridades justificaram a ação policial, retratando os manifestantes como violentos e decididos a tumultuar as comemorações oficiais”, diz o relatório.

Inquéritos e processos

A Anistia critica o resultado de um inquérito aberto na Polícia

Federal que concluiu não ter havido uso excessivo de força por parte dos policiais. Para a entidade, um novo inquérito deve ser realizado.

Também condena a falta de recursos disponíveis no Ministério Público Federal em Ilhéus para levar adiante um processo civil que pede indenização de R\$ 6,12 bilhões aos manifestantes — R\$ 1,7 milhão para cada uma das 3.600 pessoas envolvidas no caso.

Segundo a entidade, “é da responsabilidade das autoridades, tanto estaduais como federais, assegurar a realização de um processo judicial completo e justo. Até agora, as autoridades não pa-

recem estar dispostas a estabelecer esse tipo de clima, negando às vítimas o direito à justiça e à indenização”.

“As autoridades aparentemente confirmaram as reclamações originais dos manifestantes de que, no Brasil, continua-se negando justiça aos marginalizados e despossuídos, tais como os grupos indígenas e negros. Além disso, a recusa das autoridades a efetuar uma investigação completa, transparente e imparcial demonstra, mais uma vez, que o sistema judiciário continua impedindo que a justiça esteja ao alcance de todos de forma igual”, conclui o relatório.

Lula Marques 2.abr.2000/Folha Imagem



PMs reprimem índio em manifestação do Descobrimento